

O ensino da Epigrafia

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

O tema da comunicação foi-me sugerido pela circunstância de, por diversas vezes, terem aparecido no Museu dos Condes de Castro Guimarães, de Cascais, estudantes de Epigrafia a perguntar por inscrições romanas, “se possível, grandes e inéditas”, como lhes fora indicado pelo docente da cadeira.

Ao ser-lhes respondido que “inéditas” não havia e que “grandes” também não, o desconsolo estampou-se no rosto dos coitados, que viam, assim, duma penada, desfeitas as possibilidades de brilharem com um trabalho prático de sumo interesse.

E se conto o episódio e me decidi a compartilhar convosco por alguns minutos a minha experiência, em informal troca de impressões, é justamente por me parecer que, na verdade, a situação denota um “certo” desconhecimento da realidade portuguesa neste domínio científico. Já não se teria compreendido muito bem a referência feita, na noite de 28 de Agosto de 1980, por Justino Mendes de Almeida, à *mediania* com que, em seu entender, então se processavam os estudos epigráficos em Portugal – sobretudo se não se houvesse em linha de conta que o Mestre pretendia, de modo especial, como logo de seguida afirma, verberar o “desinteresse pelo conhecimento da língua latina”, de que esse “declínio” era consequência directa, essa “grave lacuna do sistema escolar português” que “nunca mais foi remediada” e cujos “resultados catastróficos” estão à vista (cf. *O Arqueólogo Português*, série IV, 1, 1983, p. 340). Aliás, o Prof. Mendes de Almeida teria ensejo, alguns tempos mais tarde, de novamente se referir ao tema, aquando do discurso de admissão do saudoso D. Domingos de Pinho Brandão na Academia Portuguesa de História:

“Levou anos a restabelecer (se é que se conseguiu!) o prestígio nacional e internacional que os estudos epigráficos tinham alcançado com Leite de Vasconcelos”.

E, após aludir à actividade patenteada nalgumas revistas e desenvolvida, por exemplo, por Mário Cardozo, Abel Viana, Scarlat Lambrino, Fernando de Almeida e o próprio D. Domingos (por modéstia, o orador omitiu o seu próprio trabalho e o de Fernando Bandeira Ferreira com quem amiúde fez equipa), já admitiu como consequência – nesse 4 de março de 1988 – a existência de “um certo florescimento dos estudos epigráficos que, na verdade, se reconhece hoje em Portugal”. E ficamos-lhe gratos por o exemplificar precisamente com a “vitalidade” da revista *Conimbriga* “que, num dos seus últimos volumes, correspondente a 1984, dos onze artigos que insere, são de matéria epigráfica nada menos do que cinco, além de fazer acompanhar, de há anos para cá, cada volume de um muito útil *Ficheiro Epigráfico*” (cf. *Anais – Série História* – da Universidade Autónoma de Lisboa, vol. I, 1994, p. 280).

Felizmente, esse panorama “negro”, hoje, está ultrapassado, não obstante se manter a aludida falta de leccionação do Latim a nível do ensino pré-universitário; e a Epigrafia, tanto a latina (romana) como a de todas as épocas, conhece, entre nós como no mundo inteiro, um desenvolvimento que já se não compadece com o estigma de “ciência auxiliar” com que, durante tempo de mais, esteve a ser brindada. Os epigrafistas portugueses já participam e são ouvidos em congressos internacionais; os seus trabalhos são citados no estrangeiro; os monumentos epigráficos romanos (e não só) do território nacional são apresentados como termo de comparação em publicações da especialidade.

Daí, a nossa maior responsabilidade como docentes e a necessidade de atendermos muito concretamente aos objectivos da disciplina e à realidade concreta que nos rodeia, onde não é “grande” nem “inédita” a quase totalidade das epígrafes conhecidas e, de modo especial, as que se guardam nos museus.

*
* *

Digamos, antes de mais, que "Epigrafia" não é, necessariamente, algo que se ligue primordialmente aos tempos romanos. Epígrafes há-as em todos os tempos e quiza seja por nos termos alheado do ambiente que nos envolve (em que as inscrições ocupam lugar preponderante) que a disciplina foi, durante tantas décadas, relegada para plano secundário.

É que o epigrafista não tem, apenas, que decifrar o letreiro que lhe apresentam, redigido numa linguagem mais ou menos codificada, com siglas, abreviaturas, sinais... Há-de estar na posse do código, sem dúvida; mas carece, fundamentalmente, de "ler" o que está "por detrás", a mensagem que aquela paginação, aquelas poucas palavras visam transmitir ao passante, de uma forma perene e duradoura.

Porque se faz uma lápide? Que intenção – política, religiosa, social... – lhe está subjacente? Porque foi dado este nome a esta rua? Porque se escreveram estes dizeres – e não outros – no pedestal daquela estátua? Que significado sociológico atribuir a este grafito?

Tem sido, se calhar, esta reflexão, esta atitude crítica, esta comparação com a actualidade que nos vai fazendo falta. Discute-se a ordem porque vêm mencionados os povos na inscrição romana da ponte de Alcântara; e já se pensou porque é que uma simples mensagem de "bom dia" no cartão de um hotel segue determinada ordem nas línguas em que foi redigida?

O epigrafista lida, pois, com uma mensagem pensada, sintética.

Como superiormente escreveu Giancarlo Susini:

"Epigrafia é o estudo histórico da forma como certas ideias foram seleccionadas, a fim de serem apresentadas para informação pública e permanente".

Uma mensagem que deve atingir o maior leque de público; por isso, utilizará – em todos os tempos – as técnicas da publicidade, do que hoje chamaríamos *marketing*, onde, por exemplo, a paginação ocupa lugar preponderante e a localização do monumento não pode ser despicienda (a necessária concatenação com o contexto arqueológico para que a epígrafe foi pensada). A informação de que determinada comida não contém carne de porco só se compreenderá em ambiente frequentado por muçulmanos; a proibição de trânsito a veículos de caixa aberta quando transportam beterraba, tabaco, batata doce e chicória só se entende numa cidade como Ponta Delgada, para evitar engarrafamentos sazonais no seu centro histórico e nos caminhos que levam às antigas fábricas. Tudo isso é, como se vê, epigrafia e tudo se há-de conjugar, para ser inteligível, com uma história determinada e um preciso contexto local – que, se desconhecido, ao epigrafista cumpre equacionar.

Por aqui se vê o encantamento que o docente pode transmitir aos seus estudantes se, em vez de quedar-se apenas em exemplos de um passado milenar, trazer à colação um quotidiano vivido.

A ida a um cemitério actual, por exemplo, para além do primeiro significado sacral que detém, pode, se estivermos atentos, transmitir-nos insuspeitadas mensagens no que à sociedade, à mentalidade, aos costumes diz respeito. E à História também, porque não? O cemitério de Père Lachaise, no coração de Paris, guarda, na singeleza dos seus epitáfios, no abandono ou arranjo dos seus jazigos, muito da história de França desde os gloriosos tempos de Napoleão...

Os ex-votos daquela ermida dedicada a santinho de grande devoção popular ou as placas que juncam o sopé da estátua do Dr. Sousa Martins falam tão eloquentemente como as aras votivas que *libens animo*, "de livre vontade", os Romanos dedicaram aos seus deuses; o sentimento que levava o senador romano a colocar uma árula no *lararium* da sua casa ao deus da sua devoção não é mais diverso da intenção do homem de hoje ao alumiar o oratório doméstico em dias de mais aflição; a promessa que se cumpre em Fátima obedece ao mesmo esquema do *votum solvit* – "cumprida a promessa", o laço foi dissolvido... – das epígrafes de há dois mil anos atrás.

E quando a Câmara Municipal delibera dar nome de rua a um benemérito ou um grupo de amigos pensa em erigir-lhe estátua nada mais faz do que obedecer ao mecanismo da "ordo decurionum", que, por decreto, assim mandava proceder, ou ao gesto dos *amici*, os "amigos", que

lançavam subscrição pública (*aere collato*) para que, no final, o homenageado, contente com a honra, ainda quisesse encarregar-se do pagamento das despesas: *honore contentus impensam remisit*.

*
* *

Já vai, pois, longe o tempo em que, da epígrafe, apenas se atendia ao texto, sem reparar em paginações, em pormenores arquitectónicos, em simbolismos da decoração...

Devemos muito, muitíssimo mesmo, a um Abel Viana, que calcorreou montes e vales, que não descurou uma informação, por mais incompleta que então lhe parecesse e que, hoje, para nós, é preciosa, mais não seja porque a não deixou perder; mas foi notável o salto qualitativo, dado nos últimos vinte e cinco anos – coincidente, é certo, com o avanço da informática e, de modo especial, com a facilidade de comunicações e consequente troca de informação e de bibliografia.

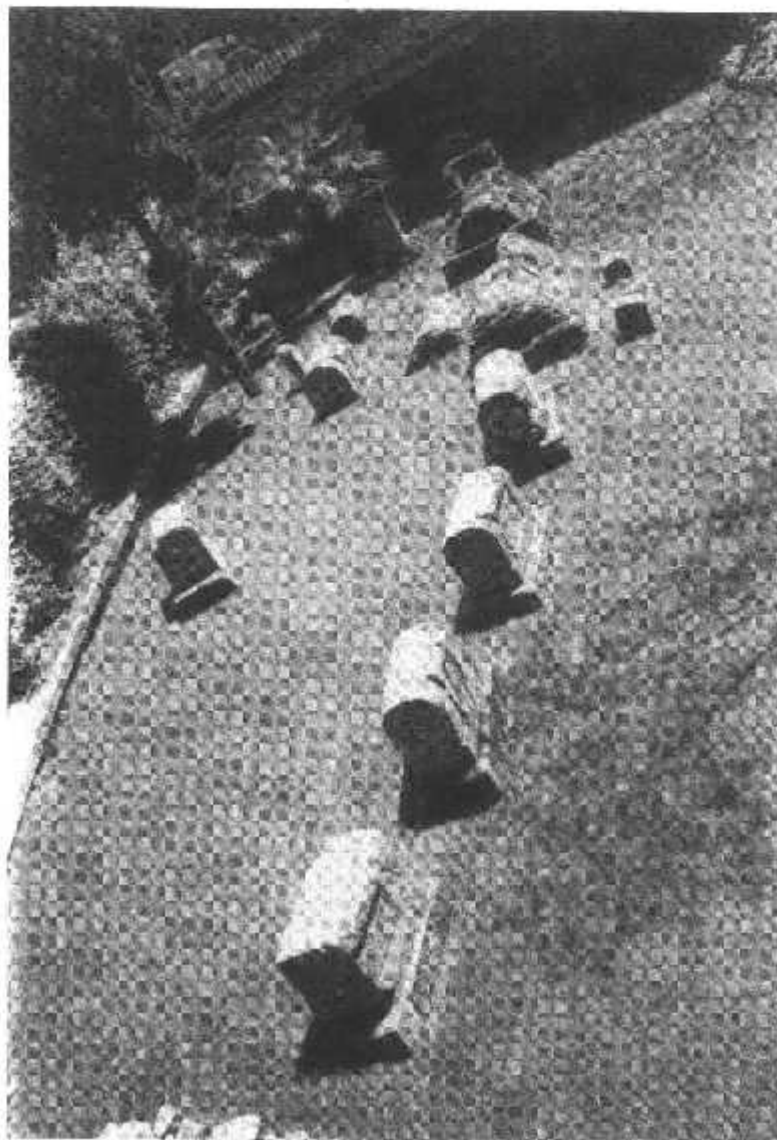
Gostaria, pois, de terminar como comecei. Não há, no território actualmente português, a não ser com raras excepções, os grandes textos epigráficos duma Tunísia ou de uma Roménia, porque a mobilidade sempre foi característica do homem peninsular, mormente do ocidental atlântico: mal se notabilizava na sua terra, ei-lo que depressa partia para os centros do poder. E temos memória de lusitanos na Tunísia, na Dácia romana... Por cá ficaram, sobretudo, os epitáfios da gente humilde; os ex-votos nascidos da piedade popular; os cipos e os pedestais dos notáveis municipais. Não é, pois, de estranhar que uma das maiores inscrições dedicadas a um lusitano esteja... em Roma! – o imenso elogio de Gaio Apuleio Diocles, um dos maiores aurigas de todos os tempos, natural da Lusitânia¹.

¹ Que me seja relevado o facto de apenas apresentar aqui uma ligeira e despreziosa síntese do que foi a minha intervenção na sessão realizada por iniciativa da Secção de História da nossa Associação, a 7 de Março de 1995.

O diálogo foi desabrochando, então, a partir dos diapositivos apresentados e, nestas linhas, somente ficam expressas as ideias-chave; por esse motivo também preferi omitir um possível apêndice de apoio bibliográfico: tal como na ocasião salientei, estou ao dispor dos eventuais interessados para pôr em comum os elementos que, como é óbvio, fui carreado ao longo de mais de vinte anos numa voluntária atitude de "epigrafista militante" - para usar (se me é permitido) do simpático epíteto atribuído pelo Prof. Jorge de Alarcão aquando do meu doutoramento.



1 – “A paginação ocupa lugar preponderante”. Neste epitáfio do cemitério de S. Brás de Alportel, só o facto de VILA estar noutra linha e só por comparação com outros epitáfios do mesmo cemitério é que ficamos a saber que não se trata de mais um apelido de Emiliana Rosa mas sim do seu local de residência.



2 – “A necessária concatenação com o contexto arqueológico para que a epigrafe foi pensada...” Neste jardim de Barcelona, onde existia uma necrópole romana optou-se por manter as campas em jeito de contexto original.



3 – Uma proibição que só se entende numa cidade como Ponta Delgada...



4 – “Uma ida a um cemitério actual pode, se estivermos atentos, transmitir-nos insuspeitadas mensagens no que à sociedade, à mentalidade, aos costumes diz respeito”. Significativa estela do cemitério de Montemor-o-Novo



5 – No cemitério do Père Lachaise, em Paris.



6 – As placas que juncam o sopé da estátua do Dr. Sousa Martins (Campo dos Mártires da Pátria, Lisboa).
Foto de Guilherme Cardoso.